

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

EMENDA À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO PARA O ANO 2007

EMENDA À DESPESA

01 – SEQUENCIAL

001055

02 – ÁREA DE GOVERNO

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

03 – TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

DIRETA

04 – MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

90 – APLICAÇÃO

05 – PROGRAMA

0580 – DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO

06 – LOCALIDADE BENEFICIADA

Nacional

07 – COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

08 – ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

09 – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

20114 – ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

10 – FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

03.122.0580.2272.0001

11 – SUBTÍTULO

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
NACIONAL

ESPECIFICAÇÃO/UNIDADE

NÃO EXISTE

META DO SUBTÍTULO

QUANTIDADE

12 – REGISTRO SUBVENÇÃO

ÓRGÃO FEDERAL:

NATUREZA:

13 – ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	VALOR (EM R\$ 1,00)
001055	03.122.0580.2272.0001	100	3	90	30.000.000,00
		100	4	90	10.000.000,00

14 – CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FUNCIONAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	VALOR DEDUZIDO (EM R\$ 1,00)
005794	99.999.0998.0999.0105	100	3	90	30.000.000,00
		100	4	90	10.000.000,00

15 – JUSTIFICAÇÃO

Órgão constante do Orçamento Geral da União desde 1993, a Advocacia-Geral da União, desde então, vem-se estruturando de forma gradual, dada a escassez dos recursos que habitualmente lhe são destinados no Orçamento da União.

A AGU, que ainda não dispõe de uma estrutura organizacional ideal, conta hoje com mais de sete mil servidores e tem unidades descentralizadas em todas as unidades da Federação. Esta deficiência estrutural tem exigido, para saná-la, contínuo crescimento de seu corpo funcional, acompanhado da correspondente criação de unidades nos mais diversos municípios brasileiros, processo cujo sucesso implica necessidade crescente de recursos.

Em virtude desse crescimento que vem experimentando, a AGU vê-se forçada a incrementar a capacidade de sua área de tecnologia da informação, hoje sob forte pressão, em função, principalmente, da demanda por cálculos e perícias e da necessidade de agilizar processos provocada pela rápida interiorização e crescente informatização do Poder Judiciário.

Os modelos de gestão da Justiça Federal e dos Tribunais Superiores condicionam fortemente as escolhas da AGU. Por exemplo, a criação de novas varas federais, trabalhistas e a instituição dos juizados especiais exigem expansão da presença da AGU em praticamente todas as unidades da federação, além de um significativo incremento (qualitativo e quantitativo) de recursos de tecnologia da informação, sendo que estes sofrem ainda enorme pressão devida à intenção de institucionalizar o uso do processo eletrônico manifestada pelo Judiciário.

Foram criadas em 2003 183 varas federais e 259 trabalhistas, que desde então têm sido gradativamente implantadas, o que, naturalmente, exige que a AGU ponha à disposição de seus profissionais jurídicos recursos de Tecnologia (situação agravada pelo fato de já estarem funcionando 174 varas de Juizados Especiais implantadas nas 5 regiões Jurídicas).

Além disso, a entrada de novos Advogados da União e de Procuradores Federais gera a necessidade de obtenção de novos espaços para a acomodação destes profissionais, aquisição de novos mobiliários, materiais permanentes, equipamentos de informática, enfim, de todas as ferramentas que permitam que os servidores atuem de forma confortável e façam com que a AGU cumpra com qualidade a sua missão institucional.

Mobiliário, Equipamentos e Material permanente – É preciso melhorar as condições laborais da AGU. Há diversas unidades, especialmente procuradorias, com mobiliário e equipamentos precários, situação que será agravada com a expansão prevista no número de unidades descentralizadas.

Reforma e Adaptação de Prédios e Instalações – Apenas como exemplo da necessidade de reformas e adaptações, citamos o prédio da PRU 1ª Região (Brasília), onde a AGU utiliza 7 (sete) andares, que há muito necessita de reparos e teve suas instalações abaladas pelo incêndio ocorrido no vizinho prédio do INSS, no ano passado.

Em Belo Horizonte recebemos o imóvel em que funcionava a Faculdade de Odontologia da UFMG, para abrigar as unidades da AGU e da PGF naquela capital. Este é um prédio muito antigo, o que aumenta o custo da reforma. Somente com esses dois exemplos, a previsão com reformas está estimado em R\$10.000.000,00. Prevê-se, ainda, para 2007, outras reformas nas demais regiões e a adaptações de imóveis destinados à expansão/instalação de outras unidades no valor estimado de R\$ 5.000.000,00.

Repactuação de Contratos em Geral – Dar cumprimento ao artigo 57, da lei nº 8.666/93. A força de trabalho da AGU aumenta a cada exercício em 500 (quinquinhentos) novos servidores, em direção à lotação ideal, o que acarreta substancial aumento na demanda por equipamentos, mobiliários e gastos com a administração em geral. Toda essa demanda foi amplamente discutida com os técnicos da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, no momento da elaboração da proposta orçamentária para 2007, porém não resultou em adequada destinação de recursos para a AGU.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
DESPESAS DE CAPITAL	-	R\$ 10.000.000,00
EXPANSÃO DO PARQUE COMPUTACIONAL	-	R\$ 6.217.703,00
- SERVIDORES DUAL PROCESSADOS	5 (cinco)	R\$ 1.532.692,00
- SWITCHES	10 (dez)	R\$ 548.611,00
- MICROCOMPUTADORES	1.000 (mil)	R\$ 3.000.000,00
- IMPRESSORAS	88 (oitenta e oito)	R\$ 422.400,00
- SCANNERS	76 (SETENTA E SEIS)	R\$ 114.000,00
- NOTEBOOK	100 (CEM)	R\$ 600.000,00
MOBILIÁRIO E MATERIAL PERMANENTE	-	R\$ 3.782.297,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	-	R\$ 30.000.000,00
-AQUISIÇÃO DE APLICATIVOS E SOFTWARES	-	R\$ 3.000.000,00
- SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS (SERPRO)	-	R\$ 7.000.000,00
-REFORMA E ADAPTAÇÕES DE PRÉDIOS E INSTALAÇÕES	-	R\$ 15.000.000,00
- REPACTUAÇÃO DE CONTRATOS EM GERAL	Dar cumprimento ao art 57, Lei nº 8.666/93	R\$ 5.000.000,00

CARLOS MOTA – Deputado Federal PSB/MG